

JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA
Súmulas, Orientações Jurisprudenciais e Precedentes
Normativos dos Tribunais Superiores e do Tribunal
Regional do Trabalho da 2ª Região

SUMÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

- Índice alfabético-remissivo das Súmulas e Precedentes Normativos Seção A
- Súmulas Seção B
- Precedentes Normativos..... Seção C

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- Quadros sinóticos das Súmulas, Orientações Jurisprudenciais e Precedentes Normativos Seção D
- Índice alfabético remissivo das Súmulas, Orientações Jurisprudenciais e Precedentes Normativos Seção E
- Súmulas Seção F
- Orientações Jurisprudenciais do Tribunal Pleno Seção G
- Orientações Jurisprudenciais da Seção de Dissídios Coletivos Seção H
- Orientações Jurisprudenciais da Seção de Dissídios Individuais – Subseção I Seção I
- Orientações Jurisprudenciais Transitórias da Seção de Dissídios Individuais – Subseção I Seção J
- Orientações Jurisprudenciais da Seção de Dissídios Individuais – Subseção II Seção L
- Precedentes Normativos..... Seção M

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- Índice alfabético-remissivo - Súmulas Vinculantes..... Seção MA
- Súmulas Vinculantes Seção MB
- Índice alfabético-remissivo..... Seção N
- Súmulas Seção O

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Índice alfabético-remissivo..... Seção P
- Súmulas Seção Q

ATENÇÃO

EDIÇÃO ATUALIZÁVEL. NÃO DESCARTE

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO – 10 DE AGOSTO DE 2009

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DAS SÚMULAS E PRECEDENTES NORMATIVOS

A

- Acidente do trabalho
 - estabilidade
 - Prec. Norm.: **14, 27**
 - seqüelas e readaptação
 - Prec. Norm.: **27**
 - complementação do auxílio previdenciário
 - Prec. Norm.: **33**
- Adiantamento salarial
 - Prec. Norm.: **31**
- Adicional
 - noturno
 - Prec. Norm.: **6**
- Admissão
 - após a data-base
 - Prec. Norm.: **2**
- Adoção
 - licença remunerada
 - Prec. Norm.: **10**
- Agravo regimental
 - cabimento
 - Súm.: **3**
- Alistamento militar
 - estabilidade
 - Prec. Norm.: **13**
- Alta médica
 - estabilidade
 - Prec. Norm.: **26**
- Atestados médicos e odontológicos
 - Prec. Norm.: **16**
- Auxílio
 - alimentação
 - Prec. Norm.: **34**
 - ao filho excepcional
 - Prec. Norm.: **32**
 - previdenciário. Complementação
 - Prec. Norm.: **33**
- Aviso prévio
 - além do prazo legal
 - Prec. Norm.: **7**
 - empregados com mais de 45 anos de idade
 - Prec. Norm.: **8**

C

- Carta aviso
 - dispensa por falta grave

- Prec. Norm.: **5**
- Carta sindical
 - Prec. Norm.: **28**
- Categoria diferenciada
 - Prec. Norm.: **29**
- Comissão de Conciliação Prévia
 - Súm.: **2**
- Compensação
 - de verbas
 - Prec. Norm.: **24**
- Comprovantes de pagamento
 - Prec. Norm.: **17**
- Condição da ação
 - Súm.: **2**
- Creche
 - auxílio
 - Prec. Norm.: **9**
- D**
- Decisão
 - cumprimento
 - Súm.: **1**
- Depósito
 - juros
 - Súm.: **7**
- Descanso semanal remunerado
 - trabalho pago em dobro
 - Prec. Norm.: **30**
- Desconto assistencial
 - Prec. Norm.: **21**
- Despesas processuais
 - isenção
 - Súm.: **5**
- Direito
 - aquisição
 - Súm.: **4**
- Dispensa
 - falta grave
 - Prec. Norm.: **5**
- Dissídio coletivo
 - julgamento. Estabilidade a categoria representada
 - Prec. Norm.: **36**
- Doença
 - complementação do auxílio previdenciário
 - Prec. Norm.: **33**

- E**
- Estabilidade
- acidente do trabalho
 - Prec. Norm.: **14, 27**
 - de comissão de empregados e empregadores
 - Prec. Norm.: **35**
 - do afastado por doença
 - Prec. Norm.: **26**
 - gestante
 - Prec. Norm.: **11**
 - pré-aposentadoria
 - Prec. Norm.: **12**
 - provisória. Julgamento de dissídio coletivo
 - Prec. Norm.: **36**
 - serviço militar
 - Prec. Norm.: **13**
- Execução
- definitiva
 - Súm.: **1**
 - depósito
 - Súm.: **7**
- F**
- Falta grave
- carta aviso na dispensa
 - Prec. Norm.: **5**
- Faltas
- abono
 - Prec. Norm.: **37**
- Fazenda Pública
- juros de mora
 - Súm.: **9**
- Férias
- coletivas ou individuais. Início
 - Prec. Norm.: **22**
- Filho excepcional
- auxílio
 - Prec. Norm.: **32**
- H**
- Horas extras
- adicional
 - Prec. Norm.: **20**
- I**
- Inconstitucionalidade
- Lei nº 1007/89 e LC nº 8/91 (Diadema)
 - Súm.: **8**
- Insuficiência econômica
- declaração
 - Súm.: **5**
- J**
- Juros
- bancários
 - Súm.: **7**
 - de mora
 - Súm.: **7, 9**
- Justiça Gratuita
- (em geral)
 - Súm.: **5**
 - empregador
 - Súm.: **6**
- L**
- Licença
- adotante
 - Prec. Norm.: **10**
- Lucros
- participação
 - Prec. Norm.: **35**
- M**
- Mora salarial
- Prec. Norm.: **19**
- Multa
- convencional
 - Prec. Norm.: **23**
- N**
- Norma coletiva
- descumprimento
 - Prec. Norm.: **23**
- P**
- Pagamento
- fornecimento de comprovantes
 - Prec. Norm.: **17**
 - valor incontroverso
 - Súm.: **1**
- Participação nos lucros e resultados
- Prec. Norm.: **35**
- Penhora
- Súm.: **1**
- Piso salarial
- reajuste
 - Prec. Norm.: **1**
- Pobreza
- declaração
 - Súm.: **5**
- Pressuposto processual
- Súm.: **2**
- Processo
- extinção
 - Súm.: **2**
- Q**
- Quadro de avisos
- Prec. Norm.: **18**
- R**
- Reajuste
- piso salarial
 - Prec. Norm.: **1**
 - salarial
 - Súm.: **8**

SÚMULAS

1 - Execução trabalhista definitiva. Cumprimento da decisão. (RA nº 06/2002 - DJE 28/06/2002)

O cumprimento da decisão se dará com o pagamento do valor incontroverso em 48 horas, restando assim pendente apenas o controvertido saldo remanescente, que deverá ser garantido com a penhora.

2 - Comissão de conciliação prévia. Extinção de processo. (RA nº 08/2002 - DJE 12/11/02, 19/11/2002, 10/12/2002 e 13/12/2002)

O comparecimento perante a Comissão de Conciliação Prévia é uma faculdade assegurada ao obreiro, objetivando a obtenção de um título executivo extrajudicial, conforme previsto pelo artigo 625-E, parágrafo único da CLT, mas não constitui condição da ação, nem tampouco pressuposto processual na reclamatória trabalhista, diante do comando emergente do artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal.

3 - Agravo regimental - Hipóteses não previstas no artigo 205 do Regimento Interno - Não conhecimento - Recurso incabível. (RA nº 01/2005 - DJE 25/10/05)

Não se conhece de agravo regimental contra despacho denegatório de recurso a Tribunal Superior ou contra decisão de Órgão Colegiado, para os quais exista na lei recurso específico.

4 - Servidor público estadual - Sexta-parte dos vencimentos - Benefício que abrange todos os servidores e não apenas os estatutários. (RA nº 02/05 - DJE 25/10/05)

O art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo, ao fazer referência a Servidor Público Estadual, não distingue o regime jurídico para efeito de aquisição de direito.

5 - Justiça gratuita - Isenção de despesas processuais - CLT, arts. 790, 790-A e 790-B - Declaração de insuficiência econômica firmada pelo interessado ou pelo procurador - Direito legal do trabalhador, independentemente de estar assistido pelo sindicato. (Res. nº 03/06 - DJE 03/07/06)

6 - Justiça gratuita - Empregador - Impossibilidade. (Res. nº 04/06 - DJE 03/07/06, retificada pela Res. nº 01/2007 - DOE 12/06/2007)

Não se aplica em favor do empregador o benefício da justiça gratuita

7 - Juros de mora - Diferença entre os juros bancários e os juros trabalhistas - Direito legal do trabalhador - CLT, arts. 881 e 882 e art. 39, § 1º, da Lei 8.177/91 (RA nº 05/06 - DJE 03/07/06)

É devida a diferença entre os juros bancários incidentes sobre o depósito da condenação e os juros trabalhistas, salvo se o depósito objetivou quitar a execução pelo valor fixado na sentença.

8 - Município de Diadema. Lei nº 1.007/89, artigo 2º, e Lei Complementar nº 08/91, artigo 83, parágrafo único. Inconstitucionalidade. (Res. nº 01/08 - DDEletrônico 16/12/08)

Padecem do vício de inconstitucionalidade o artigo 2º, da Lei 1.007/89, e o parágrafo único, do artigo 83, da Lei Complementar nº 08/91, ambas do Município de Diadema, por contemplarem a adoção do Índice do Custo de Vida (ICV) do DIEESE, como fator de reajuste salarial, em contraposição ao que preconizam os artigos 37, III, e 169 da Constituição Federal.

9 - Juros de mora. Fazenda Pública. É de 0,5% a taxa de juros a ser observada nas sentenças proferidas contra a Fazenda Pública, por força da MP 2.180-35 de 24/8/2001, inclusive nas execuções em curso. Porém, prevalece a taxa de 1% prevista no art.39 da Lei 8.177/91 quando a Fazenda Pública figura no processo como devedora subsidiária.” (Res. nº 01/2009 - DDEletrônico 28/07/2009)

	Súmula 85		
183	CANCELADA - convertida na OJ SDI-I TRANS. 46	Banco Itaú. Aposentadoria	129/05
184	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 74	Confissão ficta	129/05
185	NR	APM. Respons. do Estado	129/05
186	SEM ALTERAÇÃO	Custas	-
187	CANCELADA - convertida na OJ SDI-I TRANS. 47	13º salário. Antecipação	129/05
188	SEM ALTERAÇÃO	Decisão normativa	-
189	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 128	Depósito recursal	129/05
190	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 128	Depósito recursal	129/05
191	SEM ALTERAÇÃO	Dono da obra	-
192	SEM ALTERAÇÃO	Embargos declaratórios	-
193	CANCELADA - convertida ou incorporada à Súmula 6	Equiparação salarial	129/05
194	CANCELADA - convertida na Súmula 387	Fac-símile. Lei 9.800/99	129/05
195	NR	Férias indenizadas	129/05
196	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 244	Gestante. Contr. de experiência	129/05
197	CANCELADA - convertida ou incorporada à Súmula 253	Gratificação semestral	129/05
198	SEM ALTERAÇÃO	Honorários periciais	-
199	SEM ALTERAÇÃO	Jogo do bicho	-
200	NR	Mandato tácito	129/05
201	CANCELADA - convertida na Súmula 388	Massa falida. Multa	129/05
202	CANCELADA - convertida na OJ SDI-I TRANS. 48	Petromisa. Sucessão. Petrobrás	129/05
203	CANCELADA - convertida na OJ SDI-I TRANS. 54	Planos econômicos	129/05
204	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 308	Prescrição	129/05
205	CANCELADA	Competência da JT	156/09
206	SEM ALTERAÇÃO	Professor. Horas extras	-
207	NR	PDV. Imposto de renda	129/05
208	SEM ALTERAÇÃO	Radiologista	-
209	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 262	Recesso forense. Prazos	129/05
210	CANCELADA - convertida na Súmula 389	Seguro-desemprego	129/05
211	CANCELADA - convertida na Súmula 389	Seguro-desemprego	129/05
212	CANCELADA - convertida na OJ SDI-I TRANS. 49	SERPRO. Norma regulamentar	129/05
213	SEM ALTERAÇÃO	Telex. Operadores	-
214	CANCELADA - convertida na OJ SDI-I TRANS. 58	URP de jun. e jul/88	129/05
215	SEM ALTERAÇÃO	Vale-transporte	-
216	NR	Vale-transporte	129/05
217	SEM ALTERAÇÃO	Agravo de instrumento	-
218	CANCELADA - convertida na OJ SDI-I TRANS. 55	IPC/90. Servidores do GDF	129/05
219	SEM ALTERAÇÃO	Rec. revista ou embargos	-
220	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 85	Acordo de compensação	129/05
221	CANCELADA - convertida na OJ SDI-I TRANS. 56	Anistia. Lei 8.878/94	129/05
222	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 102	Bancário. Advogado	129/05
223	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 85	Acordo de Compensação	129/05
224	NR	Aposentadoria. Complem.	129/05
225	NR	Contrato de concessão	129/05
226	NR	Célula de crédito rural	129/05

227	CANCELADA	Denúnciação da lide	-
228	CANCELADA - convertida na Súmula 368	Descontos legais	129/05
229	CANCELADA - convertida na Súmula 390	Estabilidade. Art. 41 da CF/88	129/05
230	CANCELADA - convertida na Súmula 378	Estabilidade acidentária	129/05
231	CANCELADA - convertida na OJ SDI-I TRANS. 50	Férias	129/05
232	SEM ALTERAÇÃO	FGTS. Incidência	-
233	NR	Horas extras	129/05
234	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 338	Horas extras. FIP	129/05
235	NR	Horas extras	129/05
236	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 90	Horas <i>in itinere</i>	129/05
237	SEM ALTERAÇÃO	Min. Público do Trabalho	-
238	NR	Multa. Art. 477 da CLT	129/05
239	CANCELADA - convertida na Súmula 384	Multa convencional	129/05
240	CANCELADA - convertida na Súmula 391	Petroleiros. Horas extras	129/05
241	CANCELADA - convertida na OJ SDI-I TRANS. 55	IPC/90 (GDF)	129/05
242	SEM ALTERAÇÃO	Prescrição. Horas extras	-
243	SEM ALTERAÇÃO	Prescrição. Planos econ.	-
244	SEM ALTERAÇÃO	Professor. Carga horária	-
245	SEM ALTERAÇÃO	Revelia. Atraso	-
246	CANCELADA - convertida na Súmula 367	Salário-utilidade. Veículo	129/05
247	ALTERADA	Servidor público celetista	143/07
248	CANCELADA - incorporada à OJ SDI-I 175	Comissões	-
249	CANCELADA - incorporada à OJ SDI-I 138	Regime Jurídico. Compet. JT	129/05
250	CANCELADA - convertida na OJ SDI-I TRANS. 51	CEF. Aposentadoria. Compl.	129/05
251	SEM ALTERAÇÃO	Frentista. Descontos	-
252	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 6	Equiparação salarial	129/05
253	SEM ALTERAÇÃO	Estabilidade provisória	-
254	CANCELADA - incorporada à OJ SDI-I 42	FGTS. Multa de 40%	129/05
255	SEM ALTERAÇÃO	Mandato. Contrato social	-
256	SEM ALTERAÇÃO	Prequestionamento	-
257	SEM ALTERAÇÃO	Recurso. Fundamentação	-
258	CANCELADA - convertida na Súmula 364	Periculosidade	129/05
259	SEM ALTERAÇÃO	Adicional noturno	-
260	SEM ALTERAÇÃO	Sumaríssimo	-
261	SEM ALTERAÇÃO	Bancos. Sucessão	-
262	SEM ALTERAÇÃO	Coisa julgada. Planos econ.	-
263	CANCELADA	Contr. prazo determinado	-
264	SEM ALTERAÇÃO	Depósito recursal	-
265	CANCELADA - convertida na Súmula 390	Estabilidade. art. 41 da CF/88	129/05
266	CANCELADA - convertida na Súmula 369	Estab. Dirigente sindical	129/05
267	CANCELADA - incorporada à nova redação da Súmula 132	Horas extras. Periculosidade	129/05
268	SEM ALTERAÇÃO	Indenização adicional	-
269	SEM ALTERAÇÃO	Justiça gratuita	-
270	SEM ALTERAÇÃO	Demissão voluntária (PDV)	-
271	NR	Rurícola. Prescrição	-
272	SEM ALTERAÇÃO	Salário mínimo	-
273	SEM ALTERAÇÃO	Telemarketing	-
274	SEM ALTERAÇÃO	Revezamento. Turnos	-
275	SEM ALTERAÇÃO	Revezamento. Turnos	-
276	SEM ALTERAÇÃO	Aposentadoria. Complem.	-
277	SEM ALTERAÇÃO	Ação de cumprimento	-
278	SEM ALTERAÇÃO	Adicional de insalubridade	-

Coação,

- Súm.: **342, 404**

Cobrança de títulos,

- Prec. Norm.: **61**

Código de Defesa do Consumidor,

- OJ SDI-II: **130**

Coisa julgada,

- Súm.: **100, 299, 397, 398, 401**
- OJ SDI-I: **262**
- OJ SDI-II: 16, **35**, 81, 96, **101**, 116, 121, **123, 132, 134, 150**

Colegiado,

- Súm.: **421**
- .. OJ T. Pleno: **11**
- OJ SDI-II: **68, 73, 74**

Colusão,

- Súm.: **100**
- OJ SDI-II: **94**

Comissão

- de fábrica,

- OJ SDI-II: **142**

- na empresa,

- Prec. Norm.: 16

Comissionista,

- Súm.: **27, 340**
- OJ SDI-I: 180
- OJ Trans. SDI-I: **45**
- Prec. Norm.: 40

Comissões,

- Súm.: 56, **340**
- OJ SDI-I: **175, 181, 248**
- Prec. Norm.: **5, 15, 97**

Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo (Conesp),

- OJ Trans. SDI-I: **28**

Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU),

- OJ Trans. SDI-I: **28**

Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE),

- OJ Trans. SDI-I: **29**

Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB),

- Súm.: **355**
- OJ SDI-I: 27
- OJ SDI-II: **9**

Companhia Siderúrgica Nacional (CSN),

- OJ Trans. SDI-I: **2, 12, 13**

Compensação de verbas,

- Súm.: **18, 48, 202**
- OJ Trans. SDI-I: **50**

Competência

- conflito (TRT e VT),

- Súm.: **420**
- OJ SDI-II: 115

- da Justiça do Trabalho,

- Súm.: **19, 75, 106, 123, 150, 176, 179, 189, 192, 224, 300, 334, 368, 389, 392**

- OJ SDC: 4, **9**

- OJ SDI-I: **26, 138, 141, 205, 210, 249, 263, 290, 327**

- OJ SDI-II: 138

- Prec. Norm.: 23

- do TST,

- OJ T. Pleno: **4**
- OJ SDI-II: 42

- dos Tribunais Regionais do Trabalho,

- OJ SDI-II: **7, 68**
- Prec. Norm.: **10, 29**

- funcional,

- Súm.: **420**
- OJ SDI-II: 115

- juízo deprecante e deprecado,

- Súm.: **419**

- originária,

- OJ SDI-II: **129**

- territorial,

- OJ SDI-II: **130, 149**

Concurso público,

- Súm.: **363**
- OJ SDI-I: **65**
- O J Trans. SDI-I 14
- OJ SDI-II: **10, 38, 128**

Condições de trabalho,

- Súm.: **190**

Confissão,

- Súm.: **69, 74, 404**
- OJ SDI-I: 184
- OJ SDI-II: 108
- Conflito de leis trabalhistas no espaço,
 - Súm.: **207**
- Conselho Fiscal. Suplentes,
 - OJ SDI-I: **253**
- Constitucionalidade
 - de cláusula coletiva,
 - OJ SDC: **17**
 - de dispositivo legal,
 - Súm.: 179, 273, **312, 336, 378**
 - OJ SDI-I: 105, **148**
 - OJ SDI-II: **73**
 - Prec. Norm.: **56**
- Conta de liquidação,
 - Súm.: **399**
 - OJ SDI-II: 85
- Contestação. Prazo,
 - OJ SDI-II: **146**
- Contrato
 - de concessão de servidor público,
 - OJ SDI-I: **225**
 - de experiência,
 - Súm.: **163, 244**, 260
 - OJ SDC: **25**
 - OJ SDI-I: 196
 - Prec. Norm.: 18, 75
 - de experiência. Prorrogação,
 - Súm.: **188**
 - de prestação de serviços,
 - Súm.: 256, **331**
 - de trabalho por prazo determinado,
 - Súm.: 2, **125**, 256, **331**
 - OJ SDI-I: 205, 263, **321**
 - Prec. Norm.: **79**
 - de trabalho. Alteração,
 - Súm.: **294**
 - OJ SDI-I: **76, 175**
 - de trabalho. Extinção,
 - OJ SDI-I: 128, 177
 - de trabalho. Nulidade,
 - Súm.: **363**
- OJ SDI-I: 85, **335, 338, 350**
- de trabalho. Suspensão,
 - Súm.: **269**
- nulo
 - Súm.: **363**
 - OJ SDI-I: 85, **335, 338, 362**
 - OJ SDI-II: **10**
- por tarefa,
 - Prec. Norm.: **20**
- social
 - OJ SDI-I: **255**
- Contribuição
 - assistencial,
 - Prec. Norm.: **41**
 - previdenciária e fiscal,
 - Súm.: **368**
 - OJ SDI-I: 32, 141
 - sindical,
 - OJ SDC: **17**
 - OJ SDI-I: 290
 - Prec. Norm.: **41, 119**
- Convenção coletiva,
 - Súm.: **17, 85**, 108, **202, 224, 264**, 280, 286, 334, **349, 364, 384**
 - OJ SDC: **5**
 - OJ SDI-I: 239, 258, **322, 323, 342**
 - OJ SDI-II: **25**
 - Prec. Norm.: **119**
- Conversão salarial (moeda),
 - OJ SDI-I: **43**
- Cooperativa,
 - OJ SDI-I: **253**
 - OJ SDI-II: **53**
- Correção
 - monetária,
 - Súm.: 185, **187**, 193, **211**, 284, **304, 311, 381**
 - OJ SDI-I: **28**, 107, 124, **181, 198**, 203, 254, **300, 341**
 - OJ Trans. SDI-I: **54**
 - OJ SDI-II: **11**
 - salarial,
 - Súm.: 235
 - OJ SDI-II: **71**

- em agravo regimental (TST),
 - Súm.: 195
- em recurso de revista,
 - Súm.: **23, 42, 184**
- infringentes,
 - Súm.: 133
- Empregado
 - acidentado,
 - Prec. Norm.: 30
 - de entidades sindicais,
 - OJ SDC: 37
 - sindicalizado,
 - OJ SDC: **20**
- Empreitada,
 - OJ SDI-I: **191**
- Empresa(s)
 - agroindustrial,
 - Súm.: 227
 - cessão da atividade empresarial,
 - Súm.: **173**
 - cisão de,
 - OJ Trans. SDI-I: **30**
 - de processamento de dados,
 - Súm.: **239**
 - OJ SDC: **36**
 - OJ SDI-I: 126
 - extinção das atividades,
 - Súm.: **44, 339, 369**
 - OJ SDI-I: 86, 329
 - pública,
 - Súm.: **390**
 - OJ SDI-I: **51, 229, 237, 247, 338, 339**
- Empresa Energética de Sergipe S/A (Energipe),
 - OJ Trans. SDI-I: **15**
- Energia elétrica (utilidade),
 - Súm.: **367**
 - OJ SDI-I: 131
- Engenheiro,
 - Súm.: **370**
 - OJ SDI-I: 39, **165**
- Enquadramento
 - funcional,
 - OJ SDI-I: 144
 - sindical,
 - OJ SDC: **9**
- Ente público,
 - Súm.: **4, 6, 193, 405**
 - OJ T. Pleno: **1, 8**
 - OJ SDI-I: 71, 73, **87, 100, 134, 152, 158, 192, 205, 238, 321, 334**
 - OJ SDI-II: 3, **12, 17, 18**
- Entidade sindical,
 - (em geral),
 - OJ SDC: 13
 - legitimação,
 - OJ SDC: **19**
- Equipamento de Proteção Individual (EPI),
 - Súm.: **80, 289**
- Equiparação salarial,
 - Súm.: **6, 22, 68, 111, 120, 135, 274**
 - OJ SDI-I: 193, 252, **296, 297, 298, 328, 353**
 - OJ Trans. SDI-I: **29**
- Erro
 - (em geral),
 - Súm.: **404**
 - de fato,
 - OJ SDI-II: **136**
- Estabelecimento
 - bancário,
 - Súm.: **55, 59**
 - OJ SDI-I: 22
 - OJ Trans. SDI-I: **34**
 - de crédito,
 - Súm.: **117**
- Estabilidade
 - (em geral),
 - Súm.: 26, **345, 348, 355, 396**
 - OJ SDI-I: 34, 35, 40, 86, 105, 106, 116, 145, **253, 265, 266, 268**
 - OJ Trans. SDI-I: **9**
 - OJ SDI-II: **9, 24**
 - Prec. Norm.: 26, 27
 - acidentária,

Triênios,

- Súm.: **70**
- Prec. Norm.: 38

Tripulante,

- Súm.: **96**

Turno

- de revezamento,

- Súm.: **110, 130, 360, 391, 423**
- OJ SDI-I: **78, 169, 274, 275, 333, 360**

- de trabalho. Alteração,

- Súm.: **265**

Tutela antecipada,

- Súm.: **405, 414**
- OJ SDI-II: 3, 50, 51, **64, 68, 86, 121**

U

Uniforme,

- Prec. Norm.: **115**

Universidades Federais,

- OJ SDI-II: **11**

URP/88,

- Súm.: 323
- OJ SDI-I: **79, 214**
- OJ Trans. SDI-I: **58**

URP/89 (Plano Verão),

- Súm.: 317
- OJ SDI-I: **59**
- OJ Trans. SDI-I: **31**

Usina de açúcar,

- Súm.: 57

V

Vacância do cargo,

- Súm.: **159**
- OJ SDI-I: 112

Vale transporte,

- OJ SDI-I: **215, 216**

Valor da causa,

- Súm.: **71**
- OJ SDI-II: 147

Veículo

- (em geral),

- Prec. Norm.: 4

- utilidade,

- Súm.: **367**
- OJ SDI-I: 246

Verbas públicas,

- OJ T. Pleno: **3**

Verbas rescisórias,

- Súm.: **69, 314**
- OJ SDI-I: **14, 162, 181, 238, 351**
- Prec. Norm.: 46

Vigia ou vigilante,

- (em geral),

- Súm.: 59, **65, 140, 257, 309**
- Prec. Norm.: **42, 102**

- portuário,

- Súm.: **309**

Vínculo empregatício,

- (em geral),

- Súm.: 256, **331, 386**
- OJ SDI-I: **164, 167, 205, 321**

- estagiário,

- OJ SDI-I: **366**

Vogal,

- Súm.: 167

195 - Férias indenizadas. FGTS. Não incidência. (Inserida em 08.11.2000. Nova redação - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)

Não incide a contribuição para o FGTS sobre as férias indenizadas.

196 - Gestante. Contrato de experiência. Estabilidade provisória. Não-assegurada. (Inserida em 08.11.2000. Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula nº 244 - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)

197 - Gratificação semestral. Repercussão no 13º salário. Súmula 78 do TST. Aplicável. (Inserida em 08.11.2000. Cancelada pela Res. 129/2005, DJ 20.04.2005, em decorrência da redação conferida à Súmula nº 253 pela Res. 121/2003, DJ 19.11.2003)

198 - Honorários periciais. Atualização monetária. (Inserida em 08.11.2000)

Diferentemente da correção aplicada aos débitos trabalhistas, que têm caráter alimentar, a atualização monetária dos honorários periciais é fixada pelo art. 1º da Lei nº 6899/1981, aplicável a débitos resultantes de decisões judiciais.

199 - Jogo do bicho. Contrato de trabalho. Nulidade. Objeto ilícito. Arts. 82 e 145 do Código Civil. (Inserida em 08.11.2000)

200 - Mandato tácito. Substabelecimento inválido. (Inserida em 08.11.2000. Nova redação - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)

É inválido o substabelecimento de advogado investido de mandato tácito.

201 - Multa. Art. 477 da CLT. Massa falida. Inaplicável. (Inserida em 08.11.2000. Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula nº 388 - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)

202 - Petromisa. Sucessão. Petrobrás. Legitimidade. (Inserida em 08.11.2000. Cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória nº 48 da SDI-I - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)

Em virtude da decisão tomada em assembléia, a Petrobras é a real sucessora da Petromisa, considerando que recebeu todos os bens móveis e imóveis da extinta Petromisa.

203 - Plano econômico (Collor). Execução. Correção monetária. Índice de 84,32%. Lei nº 7.738/1989. Aplicável. (Inserida em 08.11.2000. Cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória nº 54 da SDI-I - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)

204 - Prescrição. Contagem do prazo. Art. 7º, XXIX, da CF. (Inserida em 08.11.2000. Cancelada em decorrência de sua incorporação à Súmula nº 308 - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)

A prescrição quinquenal abrange os cinco anos anteriores ao ajuizamento da reclamatória e não os cinco anos anteriores à data da extinção do contrato.

205 - Competência material. Justiça do Trabalho. Ente público. Contratação irregular. Regime especial. Desvirtuamento. (Inserida em 08.11.2000. Nova redação - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005. Cancelada pela Resolução nº 156/2009 - DeJT 27.04.2009)

I - Inscreve-se na competência material da Justiça do Trabalho dirimir dissídio individual entre trabalhador e ente público se há controvérsia acerca do vínculo empregatício.

II - A simples presença de lei que disciplina a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público (art. 37, inciso IX, da CF/1988) não é o bastante para deslocar a competência da Justiça do Trabalho se se alega desvirtuamento em tal contratação, mediante a prestação de serviços à Administração para atendimento de necessidade permanente e não para acudir a situação transitória e emergencial.

206 - Professor. Horas extras. Adicional de 50%. (Inserida em 08.11.2000)

Excedida a jornada máxima (art. 318 da CLT), as horas excedentes devem ser remuneradas com o adicional de, no mínimo, 50% (art. 7º, XVI, CF/88)

207 - Programa de Incentivo à Demissão Voluntária. Indenização. Imposto de renda. Não incidência. (Inserida em 08.11.2000. Nova redação - Res. 129/2005, DJ 20.04.2005)

SÚMULAS VINCULANTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO

As súmulas listadas **em negrito** estão **em vigor**, as demais estão canceladas, revogadas ou superadas

A

Acordo. Validade e eficácia, **1**

Acesso amplo aos elementos de prova, **14**

Artigo 127 da Lei nº 7210/1984. Inaplicabilidade do art. 58, **9**

B

Bingos, loterias, sorteios e consórcios. Legislação, **2**

C

Cálculo de gratificações e vantagens. Servidor Público, **15**

Cláusula de reserva de plenário. Violação, **10**

Crédito tributário. Prescrição e decadência, **8**

E

Emenda Constitucional 19/98, **16**

Exercício do direito de defesa, **14**

F

FGTS. Acordo da LC 110/01, **1**

L

Leis ou atos normativos estaduais e distritais. Inconstitucionalidade, **2**

N

Nepotismo, **13**

Nomeação de cônjuge ou parente, **13**

Nulidade da prisão, **11**

P

Processo administrativo disciplinar. Falta de defesa por advogado, **5**

S

Salário mínimo. Indexador de base de cálculo, **4**

Serviço militar inicial. Remuneração inferior ao salário mínimo, **6**

Servidor público

- cálculo de gratificações e vantagens, **15**

- nomeação, **13**

- remuneração, **16**

T

Taxa de juros reais de 12% ao ano. Aplicação condicionada, **7**

Taxa de matrícula. Universidades públicas, **12**

Tribunal de Contas da União. Garantia à ampla defesa e contraditório, **3**

U

Uso de algemas, **11**

Universidade Pública. Taxas, **12**

SÚMULAS VINCULANTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

1 - Ofende a garantia constitucional do ato jurídico perfeito a decisão que, sem ponderar as circunstâncias do caso concreto, desconsidera a validade e a eficácia de acordo constante de termo de adesão instituído pela Lei Complementar nº 110/2001. (DJ 06/06/2007)

2 - É inconstitucional a lei ou ato normativo estadual ou distrital que disponha sobre sistemas de consórcios e sorteios, inclusive bingos e loterias. (DJ 06/06/2007)

3 - Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão. (DJ 06/06/2007)

4 - Salvo nos casos previstos na Constituição, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial. (DJe do STF 08/05/2008)

5 - A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição. (DJe do STF 15/05/2008)

6 - Não viola a Constituição o estabelecimento de remuneração inferior ao salário mínimo para as praças prestadoras de serviço militar inicial. (DJe do STF 15/05/2008)

7 - A norma do §3º do artigo 192 da Constituição, revogada pela Emenda Constitucional nº 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicação condicionada à edição de lei complementar. (DJe do STF 19/06/2008)

8 - São inconstitucionais o parágrafo único do artigo 5º do Decreto-Lei nº 1.569/1977 e os artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212/1991, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário. (DJe do STF 19/06/2008)

9 - O disposto no artigo 127 da Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal) foi recebido pela ordem constitucional vigente, e não se lhe aplica o limite temporal previsto no caput do artigo 58. (DJe do STF 19/06/2008. Republicada por incorreções no DJe do STF 26/06/2008)

10 - Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, artigo 97) a decisão de órgão fracionário de Tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte. (DJe do STF 26/06/2008)

11 - Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado. (DJe do STF de 21/08/2008)

12 - A cobrança de taxa de matrícula nas universidades públicas viola o disposto no art. 206, IV, da Constituição Federal. (DJe do STF de 21/08/2008)

13 - A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal. (DJe do STF de 28/08/2008)

14 - É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa. (DJe do STF de 09/02/2009)

15 - O cálculo de gratificações e outras vantagens do servidor público não incide sobre o abono utilizado para se atingir o salário mínimo. (Divulgada em 30/06/2009 e publicada no DJe do STF de 01/07/2009)

16 - Os artigos 7º, IV, e 39, § 3º (redação da EC 19/98), da Constituição, referem-se ao total da remuneração percebida pelo servidor público. (Divulgada em 30/06/2009 e publicada no DJe do STF de 01/07/2009)